

**Sociabilidades intelectuais no processo de composição da política editorial do
Serviço do Patrimônio Histórico Artístico Nacional durante o Estado Novo
(1937-1945)¹**

RAUL AMARO DE OLIVEIRA LANARI²

Criado em 1936 em caráter experimental e oficializado em novembro de 1937, em um dos primeiros decretos do Estado Novo, o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional se alinhava com os objetivos do novo regime e de seu Ministério da Educação e Saúde (M.E.S), dirigido pelo intelectual e político mineiro Gustavo Capanema entre 1934 e 1945. Por intermédio desse Ministério, o governo de Getúlio Vargas investiu maciçamente na produção de um universo simbólico, elaborando, na opinião de vários estudiosos, o primeiro esforço de Estado abrangente na área cultural no Brasil (MICELI, 1979:118).

Dirigido por Rodrigo Melo Franco de Andrade, intelectual mineiro com grande trânsito no meio político, o SPHAN estabeleceu uma série de práticas, conceitos e interpretações sobre a história, a arte e a cultura nacionais presentes ainda hoje nas práticas e discursos sobre a proteção ao patrimônio (CHUVA, 2009: 29-31). Em minha dissertação de mestrado procurei caracterizar o SPHAN e sua política editorial como “lugares de fala” sobre identidades nacionais, como instâncias difusoras de representações sobre o nacional, sobre a história, a arte e a cultura brasileiras. Lugares que se somaram a alguns outros existentes desde o século XIX, e, por isso mesmo, respeitaram as configurações consagradas pelas redes de letrados e intelectuais, propondo as inovações que o objeto de sua atenção apresentava.

¹ Este artigo é uma adaptação do segundo capítulo de minha dissertação de mestrado, intitulada “O Patrimônio por escrito: a política editorial do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN)¹ durante o Estado Novo”, defendida em setembro do último ano

² Doutorando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais, na linha História e Culturas Políticas, sob orientação da Profa. Dra. Eliana Regina de Freitas Dutra. Mestre em História pelo mesmo programa, sob a mesma orientação, bolsista CAPES/PROF.

Nesse sentido, o papel articulador adotado por Rodrigo Melo Franco de Andrade à frente da política editorial do SPHAN teria sido de grande importância. Para se consolidar no cenário intelectual das décadas de 1930 e 1940, os intelectuais e profissionais envolvidos na tarefa de identificar, divulgar e proteger o patrimônio histórico e artístico da nação dentro do SPHAN tiveram de interagir com as pessoas e instituições envolvidas com a recuperação do passado brasileiro, manifestada por práticas diversas e posições políticas nem sempre confluentes.

De início é importante ressaltar que as duas séries editoriais – a *Revista* e as *Publicações* – visavam diferentes objetivos dentro do imperativo de “*divulgar o conhecimento dos valores de arte e de história que o Brasil possui [sic] e contribuir empenhadamente para o seu estudo*” (ANDRADE, 1937:3). A *Revista do SPHAN* tinha o objetivo de veicular de artigos que tratassem dos monumentos, apresentando-os e justificando a importância dos mesmos para o patrimônio nacional. Contava também com artigos teóricos, que tinham o objetivo de fornecer tipologias que auxiliassem a identificação e catalogação dos monumentos. Já as *Publicações do SPHAN* eram monografias com grande número de páginas, estudos elaborados sobre um único monumento ou questões específicas vinculadas à cultura nacional, visando à afirmação das categorias estabelecidas pela prática adotada pelo SPHAN e o aprofundamento das pesquisas sobre temas centrais na narrativa elaborada pelo órgão, tais como o barroco mineiro e o ciclo jesuítico no Brasil. Eram, na maioria dos casos, precedidas por prefácios escritos por Rodrigo Melo Franco de Andrade, que contribuíam para ressaltar a relevância alegada dos estudos publicados, o grau de distinção dos autores, vinculando-os às atividades do SPHAN.

Ambas as séries editoriais se destacavam pela qualidade dos recursos gráficos utilizados, tais como fotografias impressas em papel especial, aquarelas, ilustrações e plantas, e seu conteúdo permite afirmar que através dela se pretendia formar e informar um público constituído por eruditos, historiadores, historiadores da arte, arquitetos, artistas plásticos, conservadores, antiquários e também profissionais liberais que, mesmo não participando ativamente do circuito das trocas intelectuais e profissionais que envolviam a proteção ao patrimônio histórico e artístico nacional, tinham interesse em adquirir informações sobre a cultura e a arte nacionais. Nelas foram publicados

artigos e monografias elaborados por profissionais e intelectuais de grande destaque, como Lúcio Costa, Mário de Andrade, Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Hollanda, Manuel Bandeira, Afonso Arinos de Melo Franco, Heloísa Alberto Torres, Edgar Roquette-Pinto, Affonso D'Escragnolle Taunay, além do próprio Rodrigo Melo Franco de Andrade.

Rodrigo Melo Franco de Andrade contava com o auxílio de alguns funcionários do recém criado SPHAN no gerenciamento do processo de composição editorial das duas séries, e mobilizou uma extensa rede de sociabilidades, que tinham como espaço de confluência as páginas da *Revista* e das *Publicações do SPHAN*.³ O objetivo das próximas seções será analisar o papel de Rodrigo Melo Franco de Andrade como *mediador cultural* no âmbito das práticas editoriais. Acompanho aqui a interpretação do conceito de *passeur culturel*, de Christophe Charle, proposta por Dutra. Para a autora,

o estudo do papel dos editores, considerados “homens duplos”, figuras intermediárias que se movimentam entre os produtores de cultura e o público, difundindo a novidade cultural, é importante não somente para se identificar a construção de tradições editoriais, mas principalmente para analisar os pontos de contato entre estas e projeto pedagógico específicos de afirmação da cultura nacional (DUTRA, 2009:155).

Dentro dos objetivos deste artigo, a seguir analisaremos, a partir de correspondências trocadas entre Rodrigo Melo Franco de Andrade e diversos atores envolvidos no processo de elaboração das séries editoriais supracitadas, o percurso que tinha início na seleção dos autores dos artigos e monografias, passando pelas discussões sobre os recursos gráficos e características físicas dos volumes, pelas queixas sobre os problemas encontrados no cumprimento dos prazos pelas tipografias, pela distribuição dos volumes da *Revista* e das *Publicações do SPHAN* entre instituições importantes no círculo “acadêmico” nacional e personalidades do meio político.

³ Dentre eles é possível destacar Luiz Jardim (pintor, escritor e ilustrador de livros que compôs a primeira equipe do SPHAN, em 1936, antes mesmo da instalação definitiva do órgão. Foi responsável por ilustrações em obras de diversos escritores brasileiros nas décadas de 1930, 1940 e 1950) e Prudente de Moraes Neto, que, mesmo não fazendo parte da estrutura administrativa do SPHAN, possuía grande trânsito entre os técnicos do órgão e amizade antiga com Rodrigo Melo Franco de Andrade.

Selecionando autores, discutindo os recursos gráficos

A publicação da *Revista do SPHAN* e das *Publicações do SPHAN* era um objetivo de Rodrigo Melo Franco de Andrade mesmo antes da oficialização da instituição em 1937, conforme observado na correspondência deste com Mário de Andrade, um de seus grandes interlocutores e autor do anteprojeto para a implantação do órgão, que já contava com uma seção dedicada à *publicidade*. Para a implantação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional foram mobilizados intelectuais, profissionais e letrados que mantinham uma relação bastante próxima, de amizade intelectual, com Rodrigo Melo Franco de Andrade, que por sua vez procurou reunir um grupo de colaboradores dotados de reconhecimento profissional no trato com monumentos e objetos do passado.

É importante lembrar que as primeiras décadas do século XX foram as da consolidação de um mercado editorial e do ofício do homem de letras, depois do intelectual, que se incumbia das tarefas de identificar as virtudes e defeitos do país, de sua formação e de seu povo, bem como de apontar soluções (DE LUCA, 1999: 33-34). Essa experiência compartilhada de formulação de propostas e interpretações sobre o passado e divulgação através de periódicos, com a troca de opiniões, envio de artigos e correspondências, pode dar a impressão de que os discursos produzidos pelas pessoas envolvidas eram unívocos, mas esse espaço de discussão envolvia intrigas, lutas de poder por consagração intelectual e legitimação de pessoas e instituições na esfera pública.

Grande parte desses colaboradores possuía já experiência no trabalho jornalístico, tendo contribuído para a criação ou participado como autores de artigos em diversas revistas, tendo em alguns casos, como os de Manuel Bandeira, Sérgio Buarque de Hollanda e Prudente de Moraes Neto, trabalhado junto do próprio Rodrigo Melo Franco de Andrade. Nos primeiros anos, a articulação se centrou em torno de três nomes: Mário de Andrade, Lúcio Costa e Gilberto Freyre. Os três já possuíam vínculos antigos com Rodrigo Melo Franco de Andrade. O primeiro o acompanhara nas viagens às cidades históricas mineiras no final da década de 1910 e durante os anos 20

(NOGUEIRA, 2005: 39-42).⁴ O segundo fora por ele indicado para a direção da Escola Nacional de Belas Artes em 1931, tendo ocupado o cargo por pouco tempo e tentado sem sucesso empreender reformas profundas o currículo da instituição.⁵ O terceiro era um amigo antigo, dos tempos de adolescência, que despontara como um dos principais intelectuais brasileiros nos anos 30 e devia isso, em parte, a Rodrigo M.F. de Andrade, que o incentivara a publicar sua obra mais famosa, *Casa Grande & Senzala* (ARAÚJO, 1994:52).⁶

Os primeiros números da *Revista* indicam um esforço por reunir os melhores nomes, tornando a publicação bem cotada nos meios intelectuais. Nos dois primeiros volumes escrevem Mário de Andrade, Gilberto Freyre, Manuel Bandeira, Sérgio Buarque de Hollanda, Heloísa Alberto Torres e Lúcio Costa. Outros autores, como Luiz Saia, Nuto Santana e Estevão Pinto, foram indicados por Mário de Andrade e Gilberto Freyre. Estes dois, por sua vez, ajudavam Rodrigo na procura por estudos que pudessem ser publicados. Gilberto Freyre, por exemplo, em 1937, sugere a Rodrigo:

“Será um trabalho bom, sabido e de interesse. Estevão Pinto, incumbido por nós de ir à aldeia indígena de Tacaratú, trouxe bom material para uma monografia sobre máscaras de dança e outros pontos de interesse artístico naquele veio de cultura primitiva. Fará também um trabalho sobre “Vestígios árabes na arquitetura do Recife e Olinda”. É um bom elemento. Aníbal deve mandar um artigo sobre os traços de influência italiana na arquitetura do Recife. Artigo para a Revista. Estou colhendo material para um trabalho sobre estética e técnica de cozinha e doçaria, inclusive a arte do papel recortado dos tabuleiros de bolo, rendilhados de toalhas e enfeites de doces, pratos e louça de barro, pilão, urufênia, alfemim (bichos de açúcar), etc, tudo a ser ilustrado pelo Bandeira, que também vai colaborar comigo num guia: Olinda” (FREYRE, 1937:5) .

Como pode ser visto na correspondência, a criação das séries editoriais do SPHAN trouxe mais um veículo para a difusão da produção desses intelectuais, que já vinham empenhados em escrever livros e artigos sobre os mais diversos aspectos da

⁴ Foi também representante do SPHAN em São Paulo entre 1937 e 1938, bem como funcionário na mesma regional entre 1941 e 1945.

⁵Lúcio Costa passou a chefiar em 1938 a Divisão de Tombamento, ajudando na composição de um corpo técnico formado majoritariamente por arquitetos “modernos”, que haviam participado de concursos recentes de arquitetura, incluindo o polêmico concurso para a construção do prédio do Ministério da Educação e Saúde. Nesse episódio, o projeto vencedor, do arquiteto Arquimedes Memória, foi abandonado por iniciativa pessoal de Gustavo Capanema, que convidou o arquiteto Lúcio Costa para chefiar uma comissão de arquitetos “modernos” que fariam o projeto sobre o risco inicial do francês Le Corbusier.

⁶ Foi representante regional do SPHAN em Pernambuco entre 1938 e 1939.

nacionalidade. Gilberto Freyre alude à elaboração de um guia sobre a cidade histórica de Olinda, em parceria com Manuel Bandeira, poeta responsável pela elaboração do Guia de Ouro Preto, publicado na série das *Publicações do SPHAN* em 1938. A elaboração de “guias” sobre as cidades históricas vinha sendo planejada por Manuel Bandeira e Carlos Drummond de Andrade desde o início da década de 1930.⁷

Mário de Andrade, mesmo ocupado no esforço de dirigir o Departamento de Cultura da Cidade de São Paulo (DCSP), foi um intelectual de grande importância na implantação do SPHAN e de sua política editorial. Com seu jeito característico, num misto de entusiasmo e estafa, ele contribuiu decisivamente para os primeiros volumes da *Revista*. Escreveu artigos e ainda foi responsável pela indicação de dois outros autores, seus assistentes do DCSP nas viagens de identificação do patrimônio paulista:

“Aqui vão os artigos prometidos e os recibos dos oito contos. Aliás, estou escrevendo esta carta antes mesmo de escrever o artigo que vai assinado por mim, e que só depois do almoço escreverei! Veja bem que encrenca! Agora, cá entre nós, vamos pro futuro agir com mais calma e não me faça as coisas assim afobadamente. Certamente o artigo não sairá bom. E tudo foi um sacrifício danado, não só pra mim que vou assinar uma coisa certamente inconfessável como para o meu auxiliar que teve peripécias danadas neste primeiro trabalho.

O artigo histórico foi escrito pelo meu outro auxiliar, o escritor Nuto Sant'Anna, chefe da subdivisão de documentação histórica do Depto. De Cultura” (ANDRADE, 1982: 35-36).

Através de sua rede de sociabilidades o diretor do SPHAN também procurou informações sobre novos pesquisadores dos quais tomava conhecimento na imprensa, procurando entrar em contato visando artigos para a *Revista do SPHAN*. Em 1937 procura Mário de Andrade para saber informações sobre Deoclécio Redig de Campos, que escrevera um artigo sobre a existência de um exemplar do pintor Anthony Van Dyck em terras brasileiras, no que é prontamente respondido pelo intelectual paulista:

“(…) Nunca ouvi falar no tal Van Dyck, nem ninguém. Tenho dado pulos pra saber com quem está, nada, ninguém conhece, ninguém nunca não ouviu falar, ninguém não sabe nem quem é o tal Redig de Campos que escreveu o artigo, aqui provavelmente não mora, pelo menos não tem telefone. (ANDRADE, 1982: 77)”

⁷ Inicialmente a idéia era publicá-los em partes nos jornais e suplementos literários, e essa iniciativa encontrou o apoio de Rodrigo Melo Franco de Andrade, na época envolvido com a atividade jornalística em periódicos mineiros. Com a criação do SPHAN e o início das linhas editoriais do órgão, esses intelectuais puderam veicular pelo menos o Guia de Ouro Preto, uma vez que o de Olinda permaneceu inacabado.

Filho de um diplomata brasileiro, Deoclécio Redig de Campos mudara-se ainda aos cinco anos para a Europa, onde, após o ingresso no curso de restauração do Museu Vaticano em 1930, tornara-se primeiro conservador-chefe, depois diretor do laboratório de restauração e, mais tarde, diretor geral. Redig de Campos, assim como outros jovens que se destacavam no Brasil ou fora dele, foi convidado a escrever artigos para a *Revista do SPHAN*, tendo publicado apenas um, no integrante do volume 2, lançado em 1939.

Os autores não contribuía apenas com sugestões de assuntos relacionados à história e à cultura nacionais, opinando também a respeito das características tipográficas dos impressos. A *Revista do SPHAN* era um importante veículo difusor de pesquisas sobre o passado brasileiro, e os colaboradores procuravam ajudar no aprimoramento dos seus aspectos físicos. *Tratava-se*, portanto, de conseguir utilizar os recursos técnicos disponíveis da melhor maneira possível para difundir as obras do patrimônio histórico e artístico nacional e também as obras dos intelectuais, como sugere a correspondência abaixo, Deoclécio Redig de Campos, em 1941:

“Para a ilustração (...) tirar uma cópia de cada exemplar de fotografia (o filme é propriedade da Biblioteca Nacional do Rio) feita para meu catálogo de 1937. (...) Podendo-se fazer nova fotografia para evitar o inconveniente da ampliação seria melhor. Desejaria ilustração a plena página. (...) Desejaria também um certo número de excertos em capa própria, se isto não for contrário aos desejos e hábitos da Divisão [sic]. Posso também, enquanto se estiver compondo o texto na tipografia, mandar executar os clichês aqui pela melhor casa de Roma, “Mercandetti”, e enviar o próprio clichê à Redação da Revista do SPHAN (CAMPOS, 1937:1).

Devemos aqui tratar criticamente os documentos já expostos nesta seção, para não cairmos na tentação de dotá-los de demasiada autoridade. Como salienta Jacques Le Goff, os documentos são construções que dizem respeito às condições em que são produzidos, aos fins que visam, ao tipo de troca de informações ao qual servem de suporte. (LE GOFF, 1984: 101-102).

No caso das correspondências aqui analisadas, percebe-se que, ao mesmo tempo em que o esforço de Rodrigo Melo Franco de Andrade contribuiu para a aglutinação de intelectuais em torno do SPHAN, com grande benefício da instituição, os profissionais e intelectuais envolvidos no trato com os monumentos procuraram tirar proveito da criação de condições de veiculação de sua produção “científica”. Como vimos no

primeiro capítulo, as “revistas científicas” que se firmaram no Brasil desde o século XIX tiveram como característica a estreita vinculação com o corpo técnico das instituições que as publicaram. A *Revista do SPHAN* foi, portanto, um espaço de articulação de interesses e poderes de diferentes escalas, uma vez que se propôs a aceitar colaborações. Os colaboradores, no entanto, eram escolhidos de acordo com sua importância no meio profissional e intelectual da preservação dos monumentos, o que explicita o esforço de Rodrigo Melo Franco de Andrade visando agregar valor ao produto veiculado.

As correspondências permitem identificar aqueles mais próximos a Rodrigo Melo Franco de Andrade na organização da *Revista do SPHAN*, como por exemplo, Mário de Andrade e Gilberto Freyre e Lúcio Costa, já citados. A farta correspondência entre esses três intelectuais e o diretor do SPHAN, e as formas de tratamento empregadas explicitam uma das principais características da rede que se articulou ao redor do SPHAN e de Rodrigo Melo Franco, bem analisada por Antônio Gilberto Ramos Nogueira. Segundo o autor, é possível identificar nas relações entre os membros do SPHAN – sejam eles funcionários ou colaboradores - além de trocas de informações científicas e uma cumplicidade de pertencimento e amizade, um *ethos* de transmissão hereditária de cargos, experiência e conhecimento dos diretores regionais, técnicos e do próprio Rodrigo Melo Franco de Andrade para seus discípulos (NOGUEIRA, 1995: 109).

No caso daqueles que não se localizavam tão próximos do centro decisório do SPHAN, como Deoclécio Redig de Campos, a oportunidade de publicar seus estudos também contém nuances. Como observado em sua correspondência, o profissional do Museu Vaticano pede cópias em separado de seu artigo, com capa especial, se possível, e se fosse do costume das atividades do SPHAN. Não foi possível obter informações sobre a resposta ao pedido do autor, mas certamente ele não pretendia manter tais volumes parados em sua estante. Ele provavelmente os enviaria ou entregaria pessoalmente a profissionais inseridos no circuito de trocas específico das práticas de preservação cultural, contribuindo em prol do reconhecimento próprio entre seus pares, e divulgando também as atividades do SPHAN, no caso em escala internacional. A dinâmica de trocas estabelecida em torno da *Revista do SPHAN* foi, portanto, complexa

e característica da fase em que se encontravam as políticas de proteção ao patrimônio histórico e artístico nas décadas de 1930 e 1940.

Esta seção teve o objetivo de apontar brevemente como a política editorial do SPHAN foi um ponto de contato entre diferentes intelectuais e profissionais, dotados de práticas específicas e instituições consolidadas que lhes garantiam autoridade e legitimidade. O trabalho de *mediação* empreendido por Rodrigo Melo Franco de Andrade, como percebemos, teve diversos vetores, com uma dinâmica de “ajuda mútua” entre o SPHAN e seus colaboradores. A preocupação com as características gráficas faziam parte da tentativa de consolidar a política editorial do SPHAN dentro dos padrões internacionais de publicação, calando os críticos que, como afirmou Rodrigo Melo Franco de Andrade no *Programa da Revista do SPHAN* – uma espécie de prefácio à série – se incomodavam com o estado de ignorância da maioria dos brasileiros acerca de sua história e de seus monumentos.

Impressão e distribuição

Se na primeira seção estivemos preocupados com aspectos referentes aos contatos de Rodrigo Melo Franco de Andrade com os autores dos artigos e monografias, as demandas e colaborações para a composição editorial dos volumes publicados pelo SPHAN, passaremos aqui a analisar o processo de impressão e circulação da *Revista* e das *Publicações do SPHAN*.

Na ocasião da inauguração da Exposição Permanente de Arte e História organizada pelo SPHAN em 1938, Rodrigo M.F. de Andrade explicita seu conhecimento acerca do público atingido com a política editorial do SPHAN:

“(…) Atendeu-nos o Sr. Rodrigo Melo Franco de Andrade, após adiantar que o SPHAN tem editado com a colaboração de nomes do porte de Gilberto Freyre, Noronha Santos, Lúcio Costa, vários trabalhos de investigação social e artística do Brasil. Diz:

“-O nosso principal objetivo é alcançar um público a que não atingem a *Revista* e as monografias que vamos editando para propagar o conhecimento dos valores de arte e história do país: quero me referir ao público constituído pelos transeuntes mais ou menos ocupados ou distraídos, mais ou menos mal informados ou indiferentes, que passem pelas imediações deste local e cuja atenção tentamos atrair por meio de imagens sugestivas, afim de lhes incutir uma primeira idéia das

riquezas históricas e artísticas que o Brasil possui.””(O GLOBO, sem data, 1938: 5)

O envolvimento de Rodrigo Melo Franco de Andrade e de seu assistente Luis Saia no processo de diagramação e impressão foi intenso, em grande medida porque os serviços oferecidos pelas gráficas disponíveis no Rio de Janeiro não atendiam satisfatoriamente às demandas da *Revista* e das *Publicações do SPHAN*. Como já ressaltado na introdução e no primeiro capítulo, as publicações do SPHAN apresentaram uma ordem cronológica que não correspondeu de fato aos anos em que foram lançadas. Além da clara tentativa de construção de uma memória por intermédio da impressão de datas regulares de publicação, é possível também atribuir a irregularidade de lançamento das edições a inúmeros problemas enfrentados no trajeto entre os textos e a finalização das edições. Antes de poder contar com os serviços da Imprensa Nacional, a partir de 1941, a impressão dos volumes foi feita por duas diferentes oficinas gráficas, o que demonstra que havia alguma insatisfação com a qualidade dos serviços prestados. No excerto de correspondência reproduzido na primeira seção do capítulo, Deoclécio Redig de Campos cita a quantidade de erros puramente tipográficos, ressaltando que a supressão dos mesmos – ou seja, um trabalho bem feito pelas tipografias – seria essencial para que a publicação alcançasse distinção por seu esmero e acabamento.

Rodrigo Melo Franco de Andrade, por sua vez, queixou-se em 1943 da demora da Imprensa Nacional que prejudicava o lançamento das publicações, consultando o ministro Gustavo Capanema sobre a possibilidade de licitação do serviço entre gráficas privadas e especializadas:

“Senhor Ministro,

Pela circunstância de haver permanentemente acúmulo de trabalho na Imprensa Nacional, esta repartição não tem conseguido que as suas publicações sejam feitas ali no devido tempo, nem mesmo nas condições desejáveis para a feição especial a que devem obedecer.

A despeito da boa vontade e do espírito de cooperação manifestados pelo digno Diretor e pelos demais servidores da aludida Imprensa Nacional, esta se tem visto impedida de corresponder às necessidades do SPHAN com relação às obras que lhe compete editar. Prova desse impedimento é o que ocorre atualmente com a monografia destinada a constituir a publicação n.13 desta repartição, cujos originais foram entregues a Imprensa em 30 de dezembro do ano próximo findo e dos

quais as primeiras provas só puderam ser remetidas ao SPHAN há poucos dias, isto é, depois de decorridos mais de 5 meses.

Em tais circunstâncias e atendendo-se a que a execução do programa de publicações deste Serviço já se encontra consideravelmente atrasado, venho solicitar a V. Excia. Queira pleitear do Senhor Presidente da República a autorização necessária no sentido dos recursos concedidos a esta repartição para publicações no orçamento vigente serem aplicados independentemente de concorrência pública ou administrativa, mediante coleta de preços entre oficinas especializadas, por motivo de natureza peculiar e da urgência dos serviços que se têm em vista executar.” (ANDRADE, 1945: 1-2)

A insatisfação com os atrasos e erros tipográficos se deve ao fato de que, através de suas edições, o SPHAN procurou se qualificar como um órgão dotado de métodos científicos de produção sobre o passado brasileiro, que incluíam a publicação de estudos dotados dos mais modernos recursos gráficos possíveis. Não eram publicações “populares”, possuíam grande volume de páginas – a *Revista* tinha, em média, 300 páginas, enquanto as *Publicações* contavam com aproximadamente 450 páginas - e gravuras impressas em papel especial, em preto e branco e a cores. Rodrigo Melo Franco de Andrade tinha consciência de que a produção que veiculava se inseriria em um círculo formado por estudiosos, acadêmicos, representantes dos meios políticos e institucionais. Também entraria em um circuito editorial de publicações que, nas décadas de 1930 e 1940, cresceu no Brasil com as políticas governamentais na área da cultura e educação, mas também com a criação das primeiras universidades brasileiras e o crescimento do número de cursos superiores no país. Consciente disso, ele se preocupou com a distribuição dos volumes entre as instituições mais renomadas no trato com os assuntos e documentos do passado brasileiro. Para atingir esse objetivo, mais uma vez ele mobilizou seu círculo de influência, reunindo informações sobre bibliotecas e instituições para as quais as publicações deveriam ser enviadas. Em 1938, por exemplo, Mário de Andrade reclama o envio dos volumes à Biblioteca Municipal de São Paulo:

“(…) Em segundo lugar, uma reclamação danada. O SPHAN não mandou a sua publicação nº. 1, os “Mocambos”, pra Biblioteca Municipal. É um cúmulo positivamente. Peço-lhe inscrever a nossa Biblioteca Pública Municipal, rua 7 de abril ,37, São Paulo, aí na lista dos a quem mandar todas as publicações do SPHAN. Não acha justo? Se não acha, diga quais as razões para discutirmos.(…)” (ANDRADE, 1982:119).

Provavelmente, muitas outras bibliotecas, arquivos e institutos também recebiam os volumes, que eram vendidos na sede do SPHAN e em diversas livrarias no Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Recife e Salvador. A variedade de autores que contribuía diretamente de seus estados fazia com que as publicações tivessem certa “capilaridade” nos principais centros intelectuais brasileiros, uma vez que esses intelectuais seriam também responsáveis por mobilizar as redes de contatos regionais para garantir a circulação dos volumes. Aires da Matta Machado, autor de “*Arraial do Tijuco: Cidade Diamantina*”, décimo segundo volume da série das *Publicações do SPHAN*, comenta sobre a remessa de exemplares de seu estudo para a distribuição:

“Meu caro Dr. Rodrigo,

Desculpe-me o involuntário atraso, com que lhe envio, em anexo, a lista de ofertas do livro. Depois de muitas tentativas para a melhor distribuição, resolvi reduzir ao mínimo as remessas para o Rio e S.Paulo, para onde o SPHAN decerto manda os exemplares que eu enviaria e mais alguns. Quase que me limitei a Diamantina e Belo Horizonte. Assim, combinando minha distribuição e a sua, não haverá duplicatas e todas as necessidades ficarão satisfeitas. Já recebi sua comunicação de me terem sido enviados 97 exemplares.

Um abraço do amigo certo,

Aires.”(MACHADO, 1945:1)

Em outra correspondência, o mesmo Aires da Matta Machado explicita outro aspecto da distribuição e do interesse que as publicações do SPHAN atraíam. Ao servir como veículo de difusão de representações sobre diferentes aspectos da história e da arte brasileiras, presentes em diversas regiões, os artigos e monografias editadas também atenderam a interesses políticos regionais. A valorização da dimensão histórica da ocupação de determinadas regiões durante os ciclos econômicos brasileiros e da profusão artística encontrada foi incentivada por lideranças que tinham esses locais como redutos políticos. Nesse caso, os estudos inseriam-se nos círculos políticos ao constituir uma memória das tradições políticas regionais, da contribuição destas para a unidade nacional e a consolidação do país:

“Meu Caro Rodrigo,

Vai com esta o exemplar que lhe destinei. Não podendo fazer outra coisa, quis escrever a dedicatória com minha própria letra, o que não costumo fazer.

Entusiasmado com o livro, o Juscelino Kubitschek ficou interessadíssimo por uma nova edição, para ampliar, ainda mais, a propaganda da sua e minha cidade natal. Espontaneamente, ofereceu-se para me ajudar na consecução desse objetivo. Em uma de suas cartas, você me disse que, feita a ampla e eficiente distribuição do Patrimônio, “poucos exemplares restarão em depósito”. Assim, venho perguntar-lhe se, como suponho, já posso cogitar da segunda edição.

Um abraço do amigo certo,

Aires” (MACHADO, 1945:1)

Os volumes também circulavam entre um público menos especializado, constituído por profissionais liberais e pessoas letradas que desejavam se informar sobre a história brasileira e adquirir mais cultura geral através do conhecimento das artes nacionais. É razoável supor que esse público não fosse desconsiderável nas décadas de 1930 e 1940. A *Revista do SPHAN* possuía tiragem média de 3.000 exemplares, enquanto as *Publicações* saíam em tiragem um pouco menor, de 1.000 exemplares. O preço dos volumes não era alto, porém, não o suficiente para poder caracterizá-los como publicações acessíveis⁸:

“Uma das contribuições de maior valor prestada pelo SPHAN à cultura brasileira foi o surto de estudos de história da arte por ele amplamente provocado. Os estudos realizados pelo seu quadro técnico e por especialistas cuja colaboração foi solicitada renovaram os métodos de pesquisa e interpretação em história da arte, trazendo-lhes maior segurança, entrando por searas novas e enriquecendo a nossa bibliografia com trabalhos de valor vendidos a preços populares de quatro ou seis mil réis, a fim de que tenham maior repercussão e possam atingir os estudiosos” (BARATA, 1942: 12-13)

Conclusão

Para concluir, é necessário observar que a política editorial do SPHAN também se inseriu nas discussões entre intelectuais que pleiteavam por reconhecimento e espaço nas políticas públicas de preservação do patrimônio histórico e artístico brasileiro. Se foi possível observar nas últimas páginas a confluência de esforços coordenada por Rodrigo Melo Franco de Andrade, houve casos em que os interesses se chocaram a ponto de a discussão alcançar as páginas dos jornais diários cariocas. As discussões

⁸ Não há indicações sobre os preços das *Publicações*, mas eles deviam ser próximos aos da *Revista*.

envolvendo o grupo do SPHAN – principalmente Rodrigo Melo Franco de Andrade e Lúcio Costa – e José Mariano Filho, artista plástico e arquiteto reconhecido como expoente do gênero Neocolonial no Brasil, adquiriram durante as décadas de 1930 e 1940 um tom ríspido, com direito a acusações mútuas. Tais discussões faziam parte dos debates nas diversas áreas do conhecimento abarcadas pela prática de preservação cultural recém institucionalizada pelo governo federal.

Outro caso digno de nota é a relação entre o grupo do SPHAN e Gustavo Barroso, presidente da Inspeção Nacional dos Monumentos⁹, historiador ligado ao Museu Histórico Nacional, que se notabilizou pela sistematização de um conhecimento classificador, militar e voltado para relíquias de grandes vultos da história política brasileira. Gustavo Barroso, como diretor do MHN, tinha vaga garantida pelo Decreto-Lei 25/1937 no Conselho Consultivo do SPHAN, mas foi pouco consultado tanto nos processos de tombamento quanto para a elaboração de escritos para as séries editoriais do órgão. Seu nome não figura em uma única publicação do SPHAN, a despeito da importância de sua figura para o campo museológico e patrimonial brasileiro.

Estes dois casos, que mereceram e ainda merecem estudos detalhados, dão a noção da rede de articulações e intrigas formada no entorno da política editorial do SPHAN, e seria ingenuidade acreditar em uma confluência maciça de esforços, tranqüila e homogênea, entre atores tão diversos, vindos de áreas de formação e tradições intelectuais tão distintas.

Espero ter conseguido contribuir para avançar nos estudos sobre os primeiros anos de funcionamento do SPHAN e sobre o papel de sua política editorial para a formação do campo da preservação cultural e o desenvolvimento das práticas editoriais nas décadas de 1930 e 1940 no Brasil.

Bibliografia:

ANDRADE, Mário de. *Cartas de Trabalho: correspondência com Rodrigo Melo Franco de Andrade*. Brasília: Fundação Pró-Memória-IPHAN, 1982

ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. *Programa*. In.: *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, vol. 1. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1937 (1938).

⁹ Criada em 1934 para a fiscalização dos monumentos, foi extinta em 1936 quando do início das atividades do SPHAN.

_____. Ofício a Gustavo Capanema pedindo a mudança do local de impressão dos volumes da política editorial do SPHAN. Rio de Janeiro, 7/05/1945. Arquivo Central do IPHAN/RJ, Série Documentos Técnico-Administrativos, caixa 243, pasta 49, fl. 8-9.

ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. *Guerra e Paz: Casa Grande e Senzala e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30.* São Paulo: Ed.34, 1994.

BARATA, Mário. *Proteção ao nosso Patrimônio Histórico e Artístico no quinquênio 1937-1942.* In.: *Cultura Política*, n.21, Nov/1942. Arquivo Central do IPHAN/RJ. Coleção Documentos Técnico-Administrativos, caixa 243, pasta 49, fl. 12-13.

CAMPOS, Deoclécio Redig de. Cartão enviado a Rodrigo Melo Franco de Andrade, sem data, provavelmente do ano de 1940. Arquivo Central do IPHAN, Série Personalidades /Deoclécio Redig de Campos, caixa 0017, pasta 0057, fl. 1

CAVALCANTI, Lauro Pereira. *Moderno e Brasileiro: a história de uma nova linguagem na arquitetura (1930-60).* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

CHUVA, Márcia Regina Romero. *Os Arquitetos da Memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940).* Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2009.

DE LUCA, Tânia Regina. *A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (N)ação.* São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999, p. 33-34.

DUTRA, Eliana Regina de Freitas. *Mediação intelectual e percursos da cultura no Brasil dos anos 1930: o caso da coleção Brasileira e da Cia.* Editora Nacional. In.: RODRIGUES, Helenice; KOHLER, Heliane. *Travessias e cruzamentos culturais: a mobilidade em questão.* Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2008

FREYRE, Gilberto. Carta a Rodrigo Melo Franco de Andrade, datada de 7 de julho de 1937. Arquivo da Fundação Casa Rui Barbosa, Fundo Rodrigo Melo Franco de Andrade, pasta Correspondências Pessoais – Gilberto Freyre

GUEDES, Tarcila. *O lado doutor e o gavião de penacho: movimento modernista e patrimônio cultural no Brasil – o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN).* Belo Horizonte: Annablume, 2000.

LE GOFF, Jacques. *Documento/ Monumento.* In.: *Enciclopédia Einaudi*, vol. I: Memória-História. Lisboa: Ed. Casa da Moeda, 1984.

MACHADO, Aires da Mata. Carta a Rodrigo Melo Franco de Andrade, Belo Horizonte, 14/05/1945. Arquivo Central do IPHAN, Série Personalidades, fundo Rodrigo Melo Franco de Andrade, caixa 11 b, pasta 0016, fl.30.

_____. Carta a Rodrigo Melo Franco de Andrade, 19/05/1945. Arquivo Central do IPHAN, Série Personalidades, fundo Rodrigo Melo Franco de Andrade, caixa 11 b, pasta 0016, fl.32.

MICELI, Sérgio. *Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-45).* Lisboa: Difel, 1979

NOGUEIRA, Antônio Gilberto Ramos. *O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) e a redescoberta do Brasil: a sacralização da memória em “pedra e cal”.* Dissertação de mestrado apresentada ao programa de Pós Graduação em História da PUC-SP. 1995

_____. *Por um inventário dos sentidos: Mário de Andrade e a concepção de patrimônio e inventário.* São Paulo: Hucitec/FAPESP, 2005.

O GLOBO, sem data, 1938. *Retratos do Brasil que passou: Fala ao Globo sobre a exposição de arte e história o Sr. Rodrigo Melo Franco de Andrade.* O Globo, sem data, 1938. Arquivo da Fundação Casa Rui Barbosa, Fundo Rodrigo Melo Franco de Andrade, pasta Entrevistas, fl. 5